

“Felipe Guerra contra a seca”: cultura política, intelectuais mediadores e semiárido no Rio Grande do Norte (1900-1930)

"Felipe Guerra against the Drought": political culture, intellectual mediators and semiarid in Rio Grande do Norte (1900-1930)

Francisco Ramon Matos
Doutorando em História
Universidade Federal do Ceará
nomarmatos@gmail.com

Aprovado em: 08/08/2018

Recebido em: 12/12/2018

Resumo: Este artigo aborda uma pequena trajetória do intelectual e político Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951) sobre o discurso da seca nos jornais do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. Suas principais pautas foram a modernização e progresso do semiárido através da construção de açudes e barragens nas áreas afetadas pelas secas. Suas ideias de combate e soluções a esse fenômeno compõe um segmento de uma cultura política regional na passagem do século XIX, que fomentará o “discurso das secas” como uma categoria histórica. Partimos das leituras da história cultural e política, através das noções como intelectuais, intelectuais mediadores e cultura política desenvolvidas pela historiografia francesa. Nossas fontes serão algumas matérias de jornais do Rio Grande do Norte que Felipe Guerra atuou como jornalista ao longo da vida (A República, Diário de Natal e Comércio de Mossoró).

Palavras-Chave: intelectuais mediadores, cultura política, discurso da seca.

Abstract: This paper approaches the small trajectory of the politician and intellectual Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951) about the discourse of the drought in Rio Grande do Norte newspapers in the early decades of the twentieth century. His main agenda was the progress and modernization of the semiarid through the construction of dams and reservoirs in the affected areas by the droughts. His engagement ideas and solutions to this phenomenon compose a segment of a regional political culture at the turn of the nineteenth century, which will promote the "discourse of the droughts" as a historical category. We start from the readings of cultural and political history, through the notions like intellectuals, intellectual mediators and political culture developed by French historiography. Our sources will be some articles from Rio Grande do Norte newspapers where Felipe Guerra served as a journalist throughout his life (A República, Diário de Natal and Comércio de Mossoró).

Keywords: intellectual mediators, political culture, discourse drought.

Considerações Iniciais

A seca nem sempre foi vista como um “problema” regional. Sua “invenção” efetua-se na seca de 1877, quando o norte enfrentava uma crise político-econômica, levando suas elites a uma progressiva perda de representatividade política. Dessa forma, a seca acentuou a crise vivenciada nesse contexto, “levando a que se estabeleça uma situação de caos, seja no plano econômico e social, seja no que se refere ao controle social, colocando em cheque vários mecanismos de dominação, que garantiam a manutenção da ordem e do *status quo*” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 232). Portanto, ela reuniu toda uma série de circunstâncias, práticas e discursos, que a diferenciava das demais, tornando-a, assim, um referencial na história das secas. A partir dela que a seca torna-se um “problema” que o norte e nordeste terão que enfrentar, sendo, ainda, a explicação para todos os demais estorvos encontrados nessa região do país. Assim nasce o discurso da seca ao longo do tempo.¹ A seca foi antes uma invenção e um produto histórico, nos quais as elites procuraram reconquistar seu poder e espaço a níveis nacionais para então disporem das “condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação secular, nesta área do país. Seca, pois, invenção não apenas de palavras que calcinam, mas de palavras que dominam” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 245). A partir das palavras que dominam e transformam as práticas e discursos das secas como dispositivos de controle e ordenamento social pelas autoridades do norte do país, a figura do advogado, político e intelectual Felipe Neri de Brito Guerra surge como um desses representantes, que através de sua trajetória de vida foi porta-voz das ações de combate à seca e modernização do semiárido no estado do Rio Grande do Norte na Primeira República. Mas antes de discutir sua influência no cenário político e cultural é importante trazer algumas categorias históricas que ajudam a refletir seu papel naquele contexto.

A história política vem ganhando nas últimas décadas espaços na historiografia contemporânea. Sua guinada está relacionada a abertura para novas fronteiras do saber, aproximando-se com os estudos culturais e aprofundando debates em torno da sociologia e antropologia, além de seu escopo está voltado para o universo das relações e representações do

¹ Sobre a constituição do “discurso da seca” como um produto histórico imagético-discursivo, ALBURQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *Falas de Astúcias e de Angustia*: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877- 1922). Campinas, São Paulo, 1988, 449f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1988.

poder (RÉMOND, 2003). Algumas categorias ou conceitos entraram em processo de aprofundamentos e problematizações, abrindo assim um leque de possibilidade para novas temáticas e roupagens. Queremos destacar nessas linhas o papel das ideias de *cultura política*, *intelectuais* e *mediadores culturais*.

Para Serge Berstein (2009) os historiadores entendem a cultura política, a partir de um grupo de representações, composta de normas e valores que constituem identidades de grupos, famílias e partidos; lugar que ocupa as visões da natureza do poder e da sociedade num dado momento e período. Como categoria histórica, a cultura política “constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes e cuja apreensão permite perceber o sentido dos acontecimentos em sua complexidade, graças a visão de mundo das pessoas que compartilha essa cultura”, logo, pode se dizer que “existe aí certo número de abordagens estreitamente imbricadas, de modo a formar um sistema coerente de visão de mundo” (2009, p.33). Assim sua chave interpretativa é permitir aprofundamentos na compreensão dos comportamentos políticos nos seus espaços de representação e realidades sociais.

Berstein (2009) chama atenção para o papel dos vetores no processo de integração e socialização de uma cultura política. Esses encontram-se historicamente situados através da família, escola, instituições, partidos, sindicatos, entre outros. Porém não podemos conceber que procedem de forma exclusiva e unívoca sobre os indivíduos em sociedade, pois tratam-se de ações múltiplas com influências diversas e contraditórias, não correspondendo o primado de um vetor de socialização. A cultura política é “um corpo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas” (2009, p.357) Para o historiador francês os estudos da cultura política partem de dois fatos intrínsecos, “a importância do papel das representações na definição de uma cultura política [...], o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país” (2009, p.350).

Rodrigo Patto (2009) aponta que o paradigma culturalista exerceu importante papel aos estudos da cultura política nos últimos anos, decorrente da sua preocupação, não apenas com a dinâmica histórica, mas também pelas mudanças lentas e permanências dos fenômenos relacionados às disputas do poder na sociedade. Ele define a cultura política como um conjunto de “valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como

fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro” (2009, p.21). Por outro lado o autor discorre dos cuidados de empobrecer os estudos da cultura política ao restringi-lo a temática das representações, pois as ações e práticas por elas facultadas, são igualmente relevantes. Não se deve “opor práticas e representações, como se houvesse entre as duas dimensões uma clara linha de determinação. O melhor é considerar a existência de relações de mútua determinação, ou uma espécie de ‘via de mão dupla’” (2009, p.23).²

Outra categoria que vem aprofundando-se nos estudos da história política é a ideia de intelectuais. Jean-François Sirinelli (2003) afirma que a história dos intelectuais ganhou esse campo através do cruzamento da história política, social e cultural. O caráter polissêmico e polimorfo da noção de intelectual nos últimos anos levou a pensar esta categoria a partir de duas acepções, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”, entretanto, essas definições são em grande parte um “falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” (2003, p.242-243). As aberturas conceituais existente sobre a história política dos intelectuais empregou noções metodológicas e objetivas como *itinerário, geração e sociabilidade*, podendo operacionalizar melhor as temáticas e questões levantadas nessa área. O itinerário, por exemplo, procura-se cartografar os eixos de engajamento dos intelectuais, deslocando-se pelas biografias e trajetórias cruzadas, analisando a procedência dos mesmos, a partir do seu lugar de formação e posição, isto é, o campo social que ocupam.³ A geração seria o que diz respeito à solidariedade de idade, ou seja, o processo de transmissão cultural ocorre através de fatores de referência e heranças, por intermédio e rupturas no meio intelectual. Para Sirinelli (2003) o historiador deve apreender as estruturas de sociabilidades que estão inseridos os intelectuais em seus contextos e espaço social. Esse pequeno mundo estreito de laços, afinidades e sensibilidades costurados na

² Para uma discussão sobre representação, apropriação e práticas culturais nos estudos históricos consultar CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p. _____ . *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

³ Sobre a noção de campo intelectual ver o trabalho de BOURDIEU, Pierre. “*Campo do poder, campo Intelectual e Habitus de classe*”, in: Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2009.

intelectualidade são as chamadas *redes*; elementos de sociabilidade que estruturam-se historicamente. Nas palavras do autor,

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2003, p.252-253).

O autor chama a atenção sobre o aspecto de como as ideias chegam aos intelectuais por meio do estudo das estruturas elementares da sociabilidade, que devem explorar pela “reinscrição dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico”, por outro lado, é preciso estudar a descida, “das cúpulas da intelligentsia até a sociedade civil, dessas ideias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação – ou não – pela cultura política da época” (SIRINELLI, 2003, p.258-259). Entre essa discussão sobre os intelectuais e política uma categoria torna-se fundamental: o papel dos mediadores culturais.

Ângela de Castro Gomes (2016) levanta uma discussão do por que os intelectuais mediadores, não estariam na mesma produção de sentido e de valor quanto aos intelectuais criadores de bens culturais, se os estudos da história cultural defende que todos os sujeitos históricos são produtores de sentidos? Essa pergunta abriu a possibilidade enxergar esses intelectuais não de forma separada, mas compreendê-los nas suas interfaces de produção no âmbito sociocultural e historicidade. Assim o intelectual mediador, “neste aspecto específico da produção e atribuição de sentidos aos bens e práticas resultantes de sua atividade, não se distingue do intelectual “criador”. Logo esse agente em especial é aquele que se dedica à “comunicação com públicos externos às comunidades de experts, tem que aprender a ser o mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso da linguagem e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo”. Isto é, torna-se “um profissional especializado em atingir um público não especializado”. Muitas vezes esse intelectual ocupa um cargo estratégico numa “instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos” (2016, p.18-19).

Discorrer essas categorias foi nuclear para compreendermos o papel desempenhado pelo intelectual Felipe Guerra na construção do discurso da seca estado do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. Utilizaremos algumas das noções apresentadas para situar esse sujeito e sua produção como segmento de uma cultura política existente na primeira república, que a partir das flâmulas do positivismo e republicanismo, engendraram com as oligarquias políticas da região Norte, um conjunto de práticas e representações sobre a modernização, veiculadas ao combate e solução da seca naquele espaço regional.

“Propagando o melhor para o sertão”: açudagem, irrigação e imprensa norte-rio-grandense.

Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951) nasceu em 26 de maio no município de Campo Grande, Augusto Severo no Rio Grande do Norte. Residiu em Ouro Preto entre 1874 a 1884, onde concluiu os estudos preparatórios. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1890. No ano seguinte foi promotor da cidade de Apodi, sendo que no mesmo ano eleito deputado ao primeiro congresso constituinte do Estado. Nessa década ainda assumiu o cargo de juiz de direito das cidade de Macau e Caicó. Em 1909 exerceu até 1918 na cidade de Mossoró o mesmo cargo, mas acabou sendo nomeado desembargador para o Superior Tribunal de Justiça, e 1922 designado para Procurador Geral do Estado. Já aposentado foi nomeado em 1931 para exercer em comissão o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação. Foi professor no Colégio Sete de Setembro e União Caixerai, quando fixou residência na cidade de Mossoró. Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Publicou os livros *Secas Contra Seca* (1909) e *Ainda o Nordeste* (1922). Casou-se com Dona Maria Gurgel em 1891.⁴

Essa breve passagem da vida pública de Felipe Guerra encobre uma série de elementos em torno de sua figura como intelectual político nas primeiras décadas do século XX. Sua atuação não ocorreu apenas no âmbito jurídico e administrativo do estado, mas também por meio da imprensa potiguar. Foi a partir desse vetor de socialização que ele encontrou meios para escrever seus ideais acerca do combate e solução do problema das secas no Norte, isto é, através do jornalismo, defendeu a modernização e progresso do sertão via construção de açudes, barragens e

⁴ Retirado do livro ROSADO, Vingt-Un. “Mossoró”. Irmãos Pongetti Editores, 1940. Coleção Mossoroense. Série “B”. N° 2472, 2003.

trabalho sertanejo. Antes de prosseguir é necessário discorrer sobre o contexto histórico e campo social⁵ de nossa personagem.

A Faculdade de Direito de Recife foi um espaço de formação de intelectuais (exemplo Silva Romero, Tobias Barreto) e para quem pretendia seguir a carreira administrativa e política republicana. Essa faculdade a partir da década de 1870 voltará sua problemática e ideias para a questão racial, com modelos de análise da realidade pautados nas escolas darwinista social e evolucionista. Uma nova concepção de direito se edifica, em que a disciplina alinhasse a uma biologia evolutiva, ciências naturais e uma antropologia determinista, em contracorrente distanciando das demais ciências humanas. A recepção dessas

[...] teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da faculdade de Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social – darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional (SCHWARCZ, 1993, p.150).

A formação em direito de Felipe Guerra foi uma das portas de entrada no universo político norte rio grandense no final dos oitocentos. As correntes darwinista e evolucionistas serão peças importantes na construção de seu pensamento e interpretação dos problemas da região Norte, exclusivamente sobre as secas, encontradas nas matérias de jornais e livros publicados em vida. Também é salutar contextualizarmos o momento histórico e político que esse intelectual estava inserido para compreendê-lo como sujeito do seu tempo. Esse período era a Primeira República.

A passagem do Império foi um momento de conflitos e rearranjos nas ações e ideias políticas entre os grupos que disputavam o poder. A década de 1870 marca o início das transformações no âmbito sociocultural e político-econômico, abrindo espaço para críticas ao

⁵ Apropriamos da interpretação de Pierre Bourdieu quando busca a interface do campo do poder, campo intelectual e habitus para analisar a trajetória de intelectuais e artistas, pensando essa categoria inserida em estruturas estruturadas e estruturantes numa sociedade. Nas suas palavras, “é preciso situar o corpus assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu”. Assim, é necessário “determinar previamente as funções de que se reveste este corpus no sistema de relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual que por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder”. (BOURDIEU, 1992, p. 186).

regime monárquico de cunho republicano, pensamentos abolicionistas e concepções liberais.⁶ Havia, assim, nessa transição política pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros. “Dois deles, o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder”. O Terceiro, o jacobinismo à francesa, “colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização” (CARVALHO, 1990, p.22). Esses modelos tinham seus respectivos agentes e simpatizantes, embora não concebê-los como grupos fechados e sem interfaces na esfera social é de extrema relevância. As elites rurais aproximavam-se das visões e posição republicana no modelo americano, liberal e darwinista social, onde o federalismo e sistema bicameral eram os aspectos mais importantes. Uma segunda posição foi a dos pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes que a versão jacobina republicano, que buscavam apelos abstratos em favor da liberdade, igualdade e participação política. A terceira corrente formou-se calcada na versão positivista. A ideia de ditadura republicana, um executivo forte e intervencionista e o progresso pela ação do Estado era os ideias desse movimento composto entre militares, professores e estudantes, muitos atraídos pela ênfase na ciência e desenvolvimento industrial, logo a modernização. Devemos levar em consideração que o “fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular” (CARVALHO, 1990, p.22). Entre essas correntes, Felipe Guerra terá as três consubstanciadas em sua prática como intelectual mediador, porém, mostrando forte apelo as questões técnicos-científicas e liberais para modernizar e combater as secas na região Norte.

Entretanto essas correntes não eram totalmente “absorvidas” como ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Norte as elites locais mostram outras preocupações administrativas que fariam parte da organização de classe e campo do poder. O Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado apenas em 27 de Janeiro de 1889, no mesmo ano da proclamação da República. A década de 1880 é marcada com as primeiras profissões de fé republicana na Assembleia, e o aparecimento de várias colunas republicanas nos órgãos da imprensa monarquista, inclusive liberal. Numa sociedade rural e patriarcal da época, “os

⁶ Sobre o contexto cultural e político acerca dos intelectuais da geração de 1870 consultar, ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, 392 pp.

princípios republicanos mais tradicionais – “liberdade, igualdade e fraternidade” – foram transformados pelos novos donos do Rio Grande do Norte oligárquico em uma prática política pautada pela coerção, pela desigualdade e pelo nepotismo”, logo, conceitos abstratos de “soberania popular ou governo do povo, predominavam as relações de parentesco e amizade características dessa sociedade de compadrio”. Por outro lado, um dos aspectos históricos do movimento republicano nacional – o federalismo – “encontrou campo fértil para florescer no Rio Grande do Norte, onde desde o Império era forte um discurso queixoso contra o descaso do poder central pela esquecida e pobre “pátria potiguar” (BUENO, 2016, p. 14). Assim essa sensação levou grande parte da elite política local, “civilista por excelência, a se chocar várias vezes com o senhores do Brasil republicano – primeiro com os militares, depois com os presidentes paulistas – e deu sobrevida a um discurso nostálgico a favor da monarquia déspota” (BUENO, 2016, p.14) Esse era o quadro do contexto histórico que Felipe Guerra estava inserido. Entre suas atividades administrativas e jurídicas, encontrava brechas para escrever matérias em colunas dos jornais do Rio Grande do Norte sobre o combate as secas e problemas do semiárido no início do XX.

Felipe Guerra escreveu uma série de artigos publicados no Diário de Natal de 1903, discorrendo da importância da construção de estradas de ferro, açudes particulares e irrigação no estado. Nesses escritos podemos perceber sua influência política e liberal de pensar.

Somos pela viação férrea. Mas somos mais ainda, se é possível, pela açudagem, seja ela oficial ou não. Mais de uma vez nos temos manifestado contra a açudagem oficial, por causa da má aplicação das verbas destinadas a esse fim. É por isso que somos partidários dos açudes particulares, principalmente, e enxergamos mais viabilidade neste último sistema. Quem, porém, conhecer a vida, as dificuldades da zona sertaneja, há de adotar nosso parecer: antes de tudo, açudes. Nas secas, o açude que conserva água, ou mesmo que acaba de secar, representa um foco de produção, um baluarte de resistência contra a inclemência da estação, um centro de população que encontra trabalho, que não precisa abandonar seus lares, que se não desloca, que não se aglomera nas cidades, nos portos, acartando epidemias e aumentando a miséria. É um celeiro que oferece gêneros de consumo, sem obrigar a retirada de capitais para fora do Estado. É um fomento a atividade do pequeno comércio, que fornece meios de subsistência a numeroso pessoal. É o amparo a indústria pastoril, evitando o aniquilamento da fortuna sertaneja. Todas estas verdades são conhecidas; já temos mesmo mais de uma vez repetido. Mas, muitas vezes, para convencer, é

preciso martelar, como quem deseja enfiar um prego no âmago do madeiro, empregando uma figura de Tobias Barreto (GUERRA, 2004, p. 15-16).

O jornalista martela ao seus leitores a campanha da açudagem particular como fortaleza ao combate à seca e florescimento das atividades comerciais do estado. Sua influência liberal e evolucionista, parafraseando a figura de Tobias Barreto,⁷ revela os traços de seu pensamento acerca das resoluções dos problemas da região. Sua ênfase na construção dessas obras pela iniciativa privada e controle dos açudes em terrenos particulares, reforça ainda mais a estrutura de controle social da terra e água pelas elites rurais do estado. No caso desses intelectuais potiguares formados na Faculdade de Direito em Recife, havia uma preocupação em aplicar suas “teorias à análise da conjuntura do tempo e do meio em que viviam, de participar da vida política para modificar a situação socioeconômica de sua região sertaneja, diferentemente da atitude meramente filosófica e contemplativa de um Tobias Barreto” (BUENO, 2016, p.88). A trajetória de sua luta pela açudagem enveredou-se por anos, e não somente em território e imprensa potiguar, como vemos a matéria intitulada “Grandes Açudes” publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1919.

Não é mais necessário insistir sobre os resultados da grande açudagem. Traz todos os benefícios produzidos pela pequena e pela média açudagem, todos em maiores proporções permitindo (o que é essencial na solução do problema) a estabilidade, a segurança, a certeza destes benefícios resultados. Esta segurança, esta estabilidade, os pequenos e os médios açudes não podem dar contra os efeitos das secas. Não é um argumento que apresentamos contra os pequenos e contra os médios açudes. É inadmissível desconhecer o valor destes, e negar a indispensável necessidade de sua colaboração para a solução do problema das secas. O Dr. Roderic Crandall, em sua conhecida publicação por conta da Inspeção de Obras Contra as Secas, assim dá seu parecer: “O autor é, todavia, de opinião que a solução do problema do Norte não está em grandes ou pequenos açudes, mas em ambos”. O ilustre americano, que com tanta exatidão e com inexcusável critério observou o Nordeste, escreveu uma indiscutível verdade. O problema das secas requer, para sua solução, o concurso dos pequenos, médios e dos grandes açudes. Uns não excluem nem dispensam outros: são medidas que se complementam (GUERRA, 2004, p.38).

A leitura e convívio com engenheiros e suas obras técnico-científicas cria uma familiaridade com esse saber e prática, procurando transmitir esse conhecimento em muitos

⁷ Tobias Barreto de Menezes (1839-1889). Foi crítico, filósofo, poeta e jurista brasileiro. Participou da chamada “Escola de Recife”, movimento intelectual com forte influência do evolucionismo europeu.

momentos de sua trajetória como intelectual e político. Esse saber mediado torna-se outro, pois ganha novos contornos preenchidos de desejos e interesses de grupos oligárquicos e regionalistas. Entra aqui a discussão das redes de sociabilidades dos intelectuais e os vetores de suas práticas na sociedade. Em um período que a cultura técnica estava no seu apogeu, mas, por outro lado, eram poucos os potiguares formados em engenharia que atuavam nas discussões sobre o semiárido brasileiro, inclusive nas comissões científicas organizadas pelas obras de combate à seca como o IOCS em 1909.⁸ Talvez não fosse tão estranho que Felipe Guerra trouxe-se essas discussões para o público da imprensa norte rio grandense. Assim a sociabilidade intelectual é “entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas – para atuar no interior de uma sociedade mais ampla” (GOMES, 2016, p.24). A atuação de Felipe Guerra e sua associação ao jornalismo era o veículo para mediar as soluções técnicas e liberais para o combate às secas no Norte. Porém não foi apenas o jornal o vetor das redes de sociabilidade e atuação desse intelectual.

O discurso de Felipe Guerra, então presidente da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, saudando o senador Washington Luís no jantar oferecido na Escola Doméstica de Natal, traz sua preocupação com a questão da falta de trabalho e mão de obra sertaneja durante as secas. Suas palavras encontra-se publicada pelo jornal *A República* em 1929.

O problema das secas, de tão clara solução, tem levado a erros de visão espíritos dos mais elevados. Ai está o genial André Rebouças aconselhando, na crise de 1877, amparar a população cearense com alambiques para destilar água; ai está o sábio Pereira Reis aconselhando couraças de ferro e aço os açudes sertanejos; ai está o espírito culto, o talento admirável de Cincinato Braga lembrando estabelecer a vida nômade para a população, que em cada crise se abrigaria, com seus rebanhos, e suas serras, nenhuma das quais, no Estado, está imune das secas; ai está o nobre e patriótico anelo de Epitácio Pessoa, aflito como o clínico que tratasse valiosos recursos financeiros, que localizados em cada Estado, em obras sucessivas, fartos resultados teriam produzido. O aspecto econômico e social do problema das secas não é diferente do problema que aflige por toda parte a classe produtora e a classe operária: a falta de trabalho. Em qualquer centro, nada faltando, dispondo, como nas grandes capitais, de todas as facilidades para a vida, se, durante dois ou três meses faltar trabalho, a crise se manifesta: a miséria, a fome, o saque. No Nordeste das secas é o que se dá. Durante o ano inteiro, havendo seca, o operário não encontra trabalho, ainda mesmo que se ofereça por seu sustento individual; não só o operário: o patrão não pode trabalhar para produzir. Só a irrigação do solo

⁸ Inspeção de Obras Contra as Secas.

poderá permitir o trabalho e só a facilidade de transportes permitirá o desenvolvimento e progresso da região (GUERRA, 2004, p. 242-243).

O aspecto econômico e social do problema das secas está associado a falta de trabalho no semiárido a longo prazo, muitas vezes não pensado por alguns intelectuais no período (André Rebouças, Pereira Reis, etc.). Somente os investimentos na irrigação e transporte pelo poder federal permitiria o desenvolvimento e progresso do Nordeste, oferecendo trabalho ao sertanejo e seguridade ao grande produtor para enfrentar os momentos de crise. Esse discurso ganha força pelo lugar social que Felipe Guerra ocupa naquele momento, isto é, presidente da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, e através de sua conferência na Escola Doméstica de Natal. Sua defesa pela açudagem e irrigação perpassa vários espaços institucionais que sua fala se apropria durante sua trajetória como intelectual e político. Como aponta Ângela de Castro Gomes, os intelectuais mediadores “têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político” (2016, p. 12.).

Entretanto esse campo do saber e poder também é construído pelas tensões e conflitos que alguns indivíduos desenvolvem nas suas redes de sociabilidades. Caso exemplar ocorreu durante a seca de 1915 quando Felipe Guerra era juiz de direito da cidade de Mossoró, e fez algumas críticas a prática política do despovoamento e migração sertaneja para outras regiões do país. A matéria foi publicada em um jornal local.

Lendo o “Correio do Seridó”, nº 278, em um local, noticiando a passagem por aquele importante centro do Estado, do ilustre Dr. Eugênio Brandão, Chefe de Inspeção de Obras Contra as Secas, na Seção da Paraíba e Rio Grande do Norte, ficamos sabendo que o ilustre engenheiro é partidário do despovoamento do Estado. [...] O que nós, os sertanejos das secas sabemos é que a multiplicação de açudes particulares, a criação de três ou quatro grandes reservatórios d’água, a facilidade de transportes, o aperfeiçoamento da cultura do solo e da indústria pastoril, todos esses fatores agindo contra as secas, são suficientes para anular os efeitos das secas. [...] O problema das secas no Nordeste brasileiro é o mais simples possível, pois já está delineado pelo exemplo, levado a fatos positivos por outras nações, que nunca tiveram a disparatada lembrança de despovoar uma região em proveito de outras. Digo a França, que tanto sacrifícios tem feito na Algéria; vejam-se a França, a Inglaterra, como tem procedido em relação ao Egito, à Índia e que por isso mesmo, ainda agora, na grande desgraça europeia, estão contando com o auxílio desses povos para a defesa de sua dignidade e de seus interesses. [...] E é preciso notar que, mesmo sob o aspecto da esterilidade climática, a região da Algéria e da Tunísia oferece uma média pluviométrica de 200mm. Observa-se que o

Nordeste estéril dos Estados Unidos da América do Norte lá está vitorioso. Despovoar o Nordeste seco? Seria um disparate e uma ingratidão. (GUERRA, 2005, p. 290-291).

Seu argumento contra a despovoação do Nordeste em períodos de grande seca baseiam-se nas experiências de outros países industrializados e implantação de medidas intervencionistas no semiárido, através da açudagem, irrigação e transporte. Mesmo sendo admirador e leitor dos estudos de engenharia, não teve receio de defender seu posicionamento diante da opinião do diretor Eugênio Brandão, Chefe de Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS). Nesse mesmo ano Felipe Guerra organiza uma sociedade beneficente na cidade de Mossoró para combater a seca de 1915. Novamente o jornal será um dos veículos de circulação da sociedade “*Defesa do Nordeste*”.

A fundação dessa Sociedade foi por toda parte recebida de maneira mais auspiciosa. Ainda que o quiséssemos, não seria possível transcrever valiosas opiniões que, quer pela imprensa, quer em cartas, têm sido endereçadas sempre com palavras de aplauso e de encorajamento a mesma Sociedade. Pedidos para inclusão entre os sócios efetivos de vários pontos do Estado já foram enviados. Generosos donativos têm sido remetidos. [...] Em vez de malsinar aqueles que não nos socorrem, socorramo-nos a nós mesmos. São estes os fins da “*Defesa do Nordeste*” – formar poderosa cooperação de forças contra as secas, organizar na região todos os serviços direta ou indiretamente necessários para debelar os desastres da calamidade. É uma poderosa cooperativa que estende sua proteção a todos os habitantes da região. (GUERRA, 2004, p.309).

A atuação da sociedade beneficente mostrou um forte aparato para as elites locais de Mossoró que buscavam verbas federais para ampliar sua estrada de ferro (o que não ocorreu) e obras de combate à seca.⁹ Uma comissão do IOCS chegou de fato a construir e melhorar alguns açudes na localidade durante o ano de 1916. A figura de Felipe Guerra durante os trabalhos da inspeção como avaliador de tais obras era presente como também retratada nas páginas da imprensa. Instruído nos assuntos de construção de açudes e barragens seu aval sobre as obras construídas eram relevantes para a opinião pública do estado. Podemos encontrar esse aspecto no jornal *A República* na matéria “*Considerações Gerais Sobre as Barragens de Mossoró*”.

⁹ Sobre a Sociedade “*Defesa do Nordeste*” e estrada de ferro de Mossoró consultar o livro de memória de GUERRA, Felipe. *A seca de 1915*. In. ROSADO, Vingt-Un (org.). 11º Livro da Seca: Coleção Mossoroense. Editora Universitária, Vol. CCV, 1985.

Pode-se dizer que as barragens deram excelente prova de resistência, sofrendo as grandes enchentes do presente ano, sem grandes danos. As suas margens, inclusive as obras de proteção marginais, estiveram completamente sobre as águas do rio. O escoamento das águas por sob as barragens, a “revência” por enquanto pouco abundante que, talvez todas, apresentam, é explicado pela natureza do terreno; o leito do rio Mossoró, no trecho das várzeas, não é muito sólido: o mesmo as pedras que apresenta para a fundação da barragem são pedras que os sertanejos chamam “falsas”; é, não são compactas, inteiriças; apresentam fendas, rachaduras, etc. De sorte que as fundações não são sendo muito aprofundadas e sólidas, não sendo tomadas todas essas fendas no sub solo, haverá sempre “revência” mais ou menos abundante. (GUERRA, 2004, p. 235).

Partindo dos estudos das elites culturais percebemos o quanto a figura de mediador está relacionado ao problema do poder de influência, ou melhor, de ressonância desses grupos no espaço social. Assim as “elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de ampliação, noutros termos, de um poder de influência” (SIRINELLI, 1998, p.261). Logo o papel desempenhado por Felipe Guerra ao mediar os saberes técnicos-científicos de combate à seca para o grande público está imbricado com sua influência e ressonância de sua posição no campo do poder e campo intelectual na sociedade do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que o meio intelectual “não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior”, essa especificidade “dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância” (SIRINELLI, 1998, p.265). Esse poder de ressonância não ocorre de maneira isolada, abarcam outras forças criadoras e espacializam sua influência na constituição das elites culturais e suas culturas políticas de um período.

Os saberes e discursos sobre as secas foram parte dessa cultura política regional no início do século XX. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988) discorreu sobre esse aspecto. O discurso científico sobre a seca constitui-se na busca de compreender suas causas e oferecer soluções numa sociedade que enxerga a ciência como saber único e verdadeiro, logo exerce grande influência na formação do discurso da seca. O discurso oligárquico já é visto como uma visão do fenômeno da seca, que expressa o lugar social que se constitui a fala dos grupos do poder, porém, não é o discurso e prática hegemônica do discurso da seca como uma cultura

política. Para o historiador o discurso da seca é a incorporação de vários elementos desse discurso (popular, científico, religioso e oligárquico). Assim, o “discurso da seca” existe

[...] não como uma concretude, não como um bloco monolítico e acabado, mas como uma dispersão de diferentes elementos, que se combinam diferentemente, dependendo do agente social que fala e os objetivos que quer alcançar. Ele existe enquanto um certo conjunto de enunciados aceitos, válidos por todos os elementos desta sociedade, num determinado momento histórico. Estes vários enunciados é que compõem um núcleo, ao qual se agregam novos elementos, dependendo do lócus social de quem os utiliza e do momento político que cerca o discurso, o que leva a mudanças de estratégia ou de astúcia (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.12).

A transformação da seca em um problema regional está inserida num processo conflituoso, em que diferentes visões, imaginários e posições defrontam-se a partir de enunciados e práticas desses vários discursos, que possuem o objetivo estratégico de conseguir tornar o fenômeno em um “problema”, e por meio deste conseguir benefícios econômicos e políticos, que são do interesse dos grupos sociais e elites deste espaço específico. O papel das elites culturais e intelectuais mediadores como a figura de Felipe Guerra mostram a influência desses sujeitos na constituição do discurso da seca como um traço das culturas políticas oligárquicas da região norte nas primeiras décadas do século XX. Pensando o discurso da seca como práticas e enunciados imbricados numa cultura política e categoria histórica, ela torna-se operacional quando “suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, após ter progredido nas mentes que pouco se vão habituando ao seu discurso, às soluções por ela, propostas, e que acabam por interioriza-la”. Então, somente que “ela se torna um dos móveis do comportamento político” (AZEVEDO, 2009, p.38-39). Portanto, a atuação de Felipe Guerra em quase quatro décadas ao combate as secas, através dos discursos de modernização do semiárido, por meio da açudagem, irrigação e trabalho ao modelo liberal, traz um horizonte de estratégias de setores da sociedade em tornar o discurso da seca como um campo de disputas, interesses políticos e manutenção de uma estrutura social agrária, que são na verdade o grande problema secular do Brasil.

Considerações Finais

Esse artigo buscou uma breve trajetória política e intelectual de Felipe Guerra no jornalismo norte-rio-grandense, e sua luta para difundir as soluções do problema das secas no semiárido nordestino no contexto da Primeira República. Partimos da ideia que seus discursos compõem segmentos de uma cultura política oligárquica, que utilizou da “invenção” da seca

como o principal problema do atraso da região para conseguir investimentos governamentais e conservação de seu *status quo*, além das tentativas de modernização. Através das categorias de cultura política, intelectuais e mediadores culturais, podemos enxergar Felipe Guerra como um sujeito importante na (re)produção do discurso da seca e o seu “combate” no estado do Rio Grande do Norte.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – De problema a solução (1877-1922)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In: **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife. Bagaço. 2008.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Cecília (Org. et. All.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRRN, 2016.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GUERRA, Felipe. A seca de 1915. In. ROSADO, Vingt-Un (org.). 11º Livro da Seca: **Coleção Mossoroense**. Editora Universitária, Vol. CCV, 1985.

GUERRA, Otto (org.). **Felipe Guerra**. O jornalista guerreiro na defesa do semiárido. Fundação Guimarães Duque. Mossoró/RN: Coleção Mossoroense. Série “C”. V. 1389. 2004.

GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**. Práticas culturais e ação política. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Cultura Política na Historiografia: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

ROSADO, Vingt-Un. “Mossoró”, Irmãos Pongetti Editores, 1940. **Coleção Mossoroense**. Série “B”. Nº 2472, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.